

## Declaração de preocupação com o Projeto de Lei que ameaça os direitos dos Povos Indígenas às suas terras ancestrais

A ClientEarth está profundamente preocupada com a consideração pelo Senado brasileiro de um Projeto de Lei que ameaça os direitos dos Povos Indígenas às suas terras ancestrais.

No dia 30 de maio, a Câmara dos Deputados do Congresso brasileiro aprovou o Projeto de Lei 490/2007, que impõe restrições à demarcação ou reconhecimento legal de territórios Indígenas. O Projeto de Lei foi apresentado por um grupo de legisladores que representam o agronegócio e favorecem os interesses de grandes empresas agrícolas, bem como por setores de mineração e extração de madeira, com proteção reduzida para territórios Indígenas, o que abre caminho para o uso da terra por essas indústrias. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, no Senado, como Projeto de Lei 2903/2023.

O Supremo Tribunal do Brasil está atualmente preparando uma resolução que decidirá se esta nova legislação é constitucional, e será fundamental para determinar o futuro dos direitos Indígenas no Brasil. Observamos que uma decisão do Tribunal pode derrubar o projeto de lei, mesmo que seja aprovado no Senado.

Sob a tese denominada “marco temporal” introduzida por este Projeto de Lei, o direito das comunidades Indígenas de demarcar suas terras é limitado às áreas que ocupavam quando a Constituição Brasileira de 1988 entrou em vigor. Muitos Povos Indígenas já haviam sido expulsos de suas terras em 1988, e este Projeto de Lei violará o direito dessas comunidades de ocupar suas terras ancestrais. O movimento Indígena no Brasil, encabeçado pela Articulação dos Povos Indígenas (APIB), defende a tese do Indigenato: o direito dos Povos Indígenas sobre suas terras é um “direito originário” que antecede a criação do Estado brasileiro. É importante observar que o artigo 231 da Constituição brasileira reconhece aos Povos Indígenas o direito à “terra que tradicionalmente ocupam”, sem restrições de tempo ou prazos arbitrários. A Constituição atribui explicitamente ao governo federal a responsabilidade de demarcar os territórios Indígenas.

Se o Projeto de Lei fosse aprovado, poderia afetar negativamente o resultado de mais de 300 processos pendentes de demarcação de terras no Brasil e também poderia desencadear uma revisão dos casos em que as terras já foram demarcadas.

Onde as terras Indígenas não são demarcadas, os Povos Indígenas carecem de título legal claro sobre suas terras, o que os torna mais vulneráveis à invasão por grileiros que buscam novas áreas para atividades agrícolas, madeireiras e mineradoras. Esta situação provoca e agrava os conflitos pela terra, que muitas vezes se tornam violentos. Em 2021, o Brasil foi o terceiro país com o maior número registrado de assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente.

Negar aos Povos Indígenas o acesso às suas terras ancestrais viola seus direitos humanos sob o direito internacional, incluindo seu direito à vida, aos meios de subsistência tradicionais, à cultura e a um meio ambiente saudável.

O Projeto de Lei também terá sérios impactos ambientais, de biodiversidade e climáticos adversos. Os territórios Indígenas muitas vezes se sobrepõem a ecossistemas nativos, como a floresta amazônica e o Cerrado. Quando recebem o controle de suas terras, os Povos Indígenas provam ser os mais eficazes na proteção dos ecossistemas nativos e de sua biodiversidade. As florestas tropicais e as savanas desempenham um papel importante na regulação do clima global, sequestrando e armazenando carbono. A degradação e a perda de ecossistemas, portanto, também causam emissões de gases de efeito estufa,

pois o carbono armazenado em árvores e plantas é liberado na atmosfera como dióxido de carbono. De fato, o desmatamento e a degradação florestal são a segunda maior fonte de emissões de gases de efeito estufa globalmente. Ao negar aos Povos Indígenas o título legal sobre suas terras, esse Projeto de Lei ameaça os ecossistemas que abrigam e apresenta sérios riscos climáticos.

A ClientEarth expressa profunda preocupação com relação a este Projeto de Lei e à grave ameaça que representa aos direitos dos Povos Indígenas e ao meio ambiente. A ClientEarth se solidariza com os Povos Indígenas do Brasil e clama pela proteção de seus direitos fundamentais e pela preservação de suas terras ancestrais. Reconhecemos o importante papel que os Povos Indígenas desempenham na proteção do meio ambiente e da biodiversidade e no esforço global para prevenir e mitigar as mudanças climáticas.

Nada neste documento constitui orientação jurídica e nenhuma declaração neste documento deve ser tratada como uma declaração oficial da lei sobre qualquer aspecto particular ou em qualquer caso específico. O conteúdo deste documento é apenas para fins de informação geral. A ação não deve ser tomada com base apenas neste documento. A ClientEarth envia esforços para garantir que as informações fornecidas sejam corretas, mas não fornece nenhuma garantia, expressa ou implícita, quanto à sua precisão. A ClientEarth não aceita qualquer responsabilidade por quaisquer decisões tomadas com base neste documento.